

# política

## Deputados divergem sobre emendas parlamentares

Orçamento de 2026 dobra valor destinado para essa rubrica no RS

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Marcus Meneghetti  
marcusv@jcrs.com.br

A Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026 - entregue pelo governador Eduardo Leite (PSD) ao presidente da Assembleia Legislativa, Pepe Vargas, na segunda-feira - dobrou os recursos destinados para emendas parlamentares no Rio Grande do Sul. Com isso, cada um dos 55 deputados estaduais poderá destinar R\$ 4 milhões do orçamento estadual para a área que escolherem. O aumento dessa rubrica reacendeu a discussão sobre as emendas parlamentares no Parlamento.

Alguns deputados estaduais criticam as emendas parlamentares, porque temem o uso eleitoral de recursos públicos - uma crítica historicamente feita às emendas parlamentares distribuídas no Congresso Nacional. Na prática, muitos deputados federais e senadores usam essa rubrica para financiar obras nas suas bases eleitorais em troca de votos.

Um dos principais críticos das emendas na Assembleia é o líder da oposição de direita, Felipe Camozatto (Novo). "O Novo tem uma posição histórica contrária às emendas parlamentares, porque acreditamos que é um instrumento que deturpa o uso de recursos públicos. Esse



Camozatto é líder da direita; Antunes, do governo, e Rossetto, da esquerda

aumento (no valor destinado às emendas parlamentares) a um ano do término do mandato do governador Eduardo Leite atende meramente a interesses políticos e eleitorais", avaliou Camozatto.

O líder da oposição de esquerda, Miguel Rossetto (PT), analisou o contexto econômico da LOA. "O orçamento de 2026 encerra um ciclo de 8 anos de Eduardo Leite e um ciclo de 12 anos do mesmo grupo político. Depois do ex-governador (José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018) e Eduardo Leite terem vendido quase todo o patrimônio público do Estado, não pagarem nenhuma parcela da dívida com a União, arrocharem o salário dos servidores públicos, o resultado é um orçamento com projeção de déficit de R\$ 3,6 bilhões. Além disso, o governo segue

descumprindo o investimento mínimo constitucional na saúde (12%) e educação (25%)", mencionou Rossetto.

O líder do governo no Parlamento gaúcho, Frederico Antunes (PP), ponderou que, apesar das críticas, nenhum parlamentar abriu mão de usar suas próprias emendas. "Se o parlamentar é contra o mérito (da proposta das emendas), ele deve dizer: 'olha, eu não quero emenda'. Mas não teve nenhum parlamentar que tenha aberto mão das suas emendas."

Antunes não vê "descontrole quanto a isso". "Tem câmaras de vereadores que têm mais capacidade (em termos de emendas) do que a própria Assembleia Legislativa, que deveria ter um grau de indicação orçamentária maior".

rintendente Êmerson Rodrigues. Na ocasião, a equipe da prefeitura reafirmou que a proposta preserva o caráter cultural da Usina, assegura a gratuidade de acesso às áreas comuns e garante o funcionamento contínuo do complexo como patrimônio público.

"Estamos abertos a todas as possibilidades, desde que seja para o prédio retornar ao seu uso principal, que é o cultural. Somos um governo de diálogo e transparência e tenho convicção de que vamos encontrar a melhor solução, independentemente do modelo de gestão

e administração", disse Melo na reunião.

A SPU se comprometeu a analisar a proposta e indicar possíveis ajustes. Um dos pontos que deve ser atualizado é o contrato de permissão de uso, assinado na década de 1980, quando o município assumiu a gestão do imóvel. O documento original, por exemplo, não prevê o aproveitamento econômico da usina. Na próxima quinta-feira está prevista uma visita técnica ao Gasômetro, com a participação de representantes da Justiça Federal.

## Melo apresenta à União PPP para Usina do Gasômetro

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), apresentou nesta quinta-feira à Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul (SPU-RS) o projeto de Parceria Público-Privada (PPP) para a Usina do Gasômetro. O projeto foi apresentado à SPU, porque a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear Binacional doou o imóvel na orla do Guaíba para a União.

A reunião contou com a presença do prefeito Melo e do supe-

## União Brasil dá 24 horas para filiados deixarem cargos na gestão de Lula

/ GOVERNO FEDERAL

O União Brasil divulgou nesta quinta-feira resolução da comissão executiva nacional do partido que determina aos filiados que requeiram as suas exonerações imediatas dos ministérios do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou de funções de confiança em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista ligadas indiretamente à União.

De acordo com a resolução, a exoneração deverá ser efetivada em até 24 horas, a contar da data de aprovação, considerando a deliberação tomada em reunião da comissão executiva nesta quinta. A norma prevê que a não observância da determinação "sujeitará

o infrator às sanções previstas no estatuto, após regular tramitação de processo disciplinar instaurado no âmbito da Comissão Executiva Nacional". A resolução é assinada pelo presidente do União Brasil, Antonio Rueda.

O partido anunciou o desembarque oficial do governo em 2 de setembro, junto com o Progressistas, legenda com a qual tem uma federação. Hoje o ministro do Turismo, Celso Sabino, é filiado ao União Brasil. O partido também controla outras duas pastas por meio de Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) e Frederico Siqueira (Comunicações), mas essas últimas indicações são atribuídas ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), de forma pessoal.

## Desconto em aposentadoria não voltará a ser autorizado, diz ministro

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, declarou que os descontos de mensalidades associativas em aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não voltarão a ser autorizados.

"Esta é uma modalidade (de desconto) que não voltará a existir", afirmou o ministro a jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), onde foi entrevistado no programa Bom Dia, Ministro.

Queiroz manifestou apoio à aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 1.546/24, que proíbe os descontos de mensalidades cobradas por associações, sindicatos, entidades de classe e organizações de aposentados e pensionistas, mesmo que estes, por comodidade, sejam favoráveis à dedução dos valores diretamente em folha.

"Acho esta uma decisão acertada", acrescentou o ministro, lembrando que o PL foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 4 e, agora, está sendo analisado no Senado. Segundo Queiroz, há um acordo pela aprovação do texto, de forma a desobrigar o INSS de ter que fiscalizar

e administrar os descontos das mensalidades associativas - prática prevista na Lei dos Benefícios da Previdência Social, em vigor desde 1991.

"Não foi saudável este tipo de modalidade (de cobrança) e entendo que o fim do desconto associativo vai ser uma coisa boa para o Brasil e para o INSS. Vamos ter mais facilidades para nos concentrarmos no que é a tarefa principal do INSS, que é conceder benefícios e cuidar dos beneficiários (do Regime Geral da Previdência Social)", comentou Queiroz, acrescentando que as entidades terão que encontrar outras formas de cobrar as mensalidades de seus associados. "Que emitam boletos, aceitem Pix."

Os descontos das mensalidades associativas diretamente dos benefícios previdenciários estão suspensos desde 23 de abril deste ano, quando a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram a chamada Operação Sem Desconto, tornando público a existência de um "esquema nacional" que lesou milhões de aposentados e pensionistas de todo o Brasil.

## Números sobre a fraude

- Governo federal já restituiu mais de **R\$ 1,29 bilhão**
- São cerca de **2,3 milhões beneficiários** que aderiram ao acordo de ressarcimento
- CGU e o INSS já instauraram **52** Processos Administrativos de Responsabilização (PAR)
- São **50 associações e três empresas investigadas** por supostamente terem fraudado o instituto, lesado aposentados e pensionistas e pago propina a agentes públicos